

Libro HOMENAJE al profesor
Dr. José M^a Hernández Díaz



**POLÍTICAS PARA UNA
EDUCACIÓN
INCLUSIVA
EQUITATIVA
Y DE CALIDAD**

Una visión desde España,
Portugal e Iberoamérica




Ediciones Universidad
Salamanca

(Coords.)
Galo Sánchez Sánchez
Santiago Esteban Frades

AQUILAFUENTE, 328

© Ediciones Universidad de Salamanca
y los autores

Diseño de cubierta: Carmen González Martín

1ª edición: junio, 2022

ISBN: 978-84-1311-676-1 (impreso)

ISBN: 978-84-1311-677-8 (PDF)

DOI: <https://doi.org/10.14201/0AQ0328>

Depósito legal: S 225-2022

Ediciones Universidad de Salamanca

Plaza San Benito s/n

E-37002 Salamanca (España)

<http://www.eusal.es>

eus@usal.es

Hecho en UE-Made in EU

Maquetación y realización:

Cícero, S.L.U.

Tel.: +34 923 12 32 26

37007 Salamanca (España)

Impresión y encuadernación:

Gráficas Lope

C/ Laguna Grande, 2, Polígono «El Montalvo II». Salamanca

www.graficaslope.com



Usted es libre de: Compartir — copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato
Ediciones Universidad de Salamanca no revocará mientras cumpla con los términos:

① Reconocimiento — Debe reconocer adecuadamente la autoría, proporcionar un enlace a la licencia e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo de cualquier manera razonable, pero no de una manera que sugiera que tiene el apoyo del licenciador o lo recibe por el uso que hace.

② NoComercial — No puede utilizar el material para una finalidad comercial.

③ SinObraDerivada — Si remezcla, transforma o crea a partir del material, no puede difundir el material modificado.

Ediciones Universidad de Salamanca es miembro de la UNE
Unión de Editoriales Universitarias Españolas www.une.es

Obra sometida a proceso de evaluación mediante sistema de doble ciego



Catalogación de editor en ONIX accesible en <https://www.dilve.es>

Índice

PRÓLOGO

GALO SÁNCHEZ SÁNCHEZ Y SANTIAGO ESTEBAN FRADES.....	11
<i>Texto del homenajeado: un fecundo viaje por el doctorado</i>	
JOSÉ MARÍA HERNÁNDEZ DÍAZ	13

PRIMERA PARTE:

POLÍTICAS PARA UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA, EQUITATIVA Y DE CALIDAD. UNA VISIÓN DESDE ESPAÑA, PORTUGAL E IBEROAMÉRICA

<i>La educación ambiental: una alternativa para el logro de los objetivos de desarrollo sostenible</i>	
LUZ ELENA SEPÚLVEDA GALLEGO	25
<i>La educación ambiental, una estrategia pedagógica en la construcción de saberes para una nueva sociedad</i>	
MERCEDES ARÉVALO ÁNGEL	35
<i>El ODS 4 y las migraciones</i>	
ALESIA CACHAZO VASALLO.....	45
<i>El surgimiento de un ágora virtual/vital en Colombia. La agenda 2030 un referente para pensar</i>	
GLORIA CLEMENCIA VALENCIA GONZÁLEZ.....	53
<i>La educación portuguesa en el siglo XXI: la importancia de la «agenda 2030» en lo referente a las políticas de una educación inclusiva, equitativa y de calidad</i>	
CARLOS MANUEL CAETANO MONTEIRO E MARIA HELENA PIMENTEL	63
<i>Educación inclusiva y derechos humanos en el contexto universitario: reflexiones desde la pedagogía crítica</i>	
ÁNGEL CABALLERO.....	75
<i>La necesidad de una dirección escolar de carácter más educativo y centrada en lo curricular</i>	
SANTIAGO ESTEBAN FRADES.....	87

A EDUCAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XXI: A IMPORTÂNCIA DA «AGENDA 2030» NAS POLÍTICAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE.

CARLOS MANUEL CAETANO MONTEIRO¹ E MARIA HELENA PIMENTEL²

¹*Instituto Politécnico de Bragança, Serviços de Ação Social; carlosm@ipb.pt*

²*Escola Superior de Saúde, Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem (UICISA: E).*

RESUMO

Entre os indicadores de desenvolvimento humano que possibilitam uma melhor qualidade de vida na atual sociedade podemos elencar a educação, a saúde, o rendimento, habitação, entre outros. Neste estudo destacamos a educação como um importante indicador de desenvolvimento humano, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento intelectual, moral, ético, profissional e cognitivo dos indivíduos e da sociedade.

Iniciaremos por contextualizar a importante aposta na educação como uma práxis social de muitos países, fundamental para o seu crescimento, atendendo a que praticamente todos os setores de atividade confrontaram os seus profissionais com a rápida necessidade de atualizar os conhecimentos, devido à crescente transição digital da economia global.

Abordaremos o meritório investimento ao nível do Ensino, particularmente do Ensino Superior português, com implicações quer ao nível do exercício, um direito pessoal, quer ao nível do contributo para elevar o nível científico, cultural e educativo do país.

Destacaremos as opções políticas traçadas ao nível da Agenda 2030, no contexto português, através dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, preconizados pela respetiva Agenda, com o foco no objetivo quarto que defende o acesso à educação de qualidade, equitativa e igualitária.

Por último, será dado enfoque ao investimento na educação e na qualificação dos indivíduos e das sociedades enquanto retorno considerável, mais valia e valor acrescentado para os países e populações.

Palavras-chave: educação; equidade; igualdade; qualidade; ensino superior; desenvolvimento sustentável; capital humano; terceira missão.

RESUMEN

Dentro de los indicadores de desarrollo humano que posibilitan una mejor calidad de vida en nuestra sociedad actual destacan la educación, la salud, el rendimiento y la vivienda, entre otros. Este estudio trata de enfatizar la educación como un importante indicador de desarrollo humano, ya que es la responsable del desarrollo intelectual, moral, ético, profesional y cognitivo de los individuos y de la sociedad.

Comenzamos por contextualizar la importante apuesta en la educación como una praxis social de muchos países, fundamental para su crecimiento, atendiendo a que prácticamente todos los sectores de actividad han cotejado a sus profesionales con una rápida necesidad de actualizar los conocimientos, debido a la creciente transición digital de la economía global. Abordaremos la plausible inversión a nivel de la Enseñanza, particularmente de la Enseñanza Superior portuguesa, con implicaciones ya sea a nivel de la instrucción, un derecho personal o de la contribución para elevar el nivel científico, cultural y educativo del país.

Destacaremos las opciones políticas trazadas a nivel de la Agenda 2030, dentro del contexto portugués, a través de los diecisiete objetivos de desarrollo sostenible respaldados por la mencionada Agenda, centrándonos en el objetivo cuarto, que defiende el acceso a una educación de calidad, equitativa y de igualdad.

Por último, se abordará detalladamente la inversión en la educación y cualificación de los individuos, así como de las sociedades como un retorno considerable, plusvalía y valor acrecentado para los países y poblaciones.

Palabras clave: educación; equidad; igualdad; calidad; enseñanza superior; desarrollo sostenible; capital humano; tercera misión.

INTRODUÇÃO

OS DOIS ÚLTIMOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS PORTUGUESES (XXI e XXII) definiram a Educação pública, de um modo geral, universal com garantia de equidade, qualidade, de incentivo no acesso ao ensino, que combata e reduza o abandono, a promoção do sucesso académico e desportivo, bem como a recuperação do défice educativo e de qualificações das anteriores gerações, alargando o ensino, nomeadamente o ensino superior a novos públicos. Nesse sentido, (Costa, 2017) afirmou que «*a maior obrigação que temos é prosseguir, nas próximas décadas, o esforço de continuar a investir na educação como prioridade central*» acrescentando ainda que a educação «*não pode ser só uma paixão, tem de ser uma paixão consumada*».

Deste modo, Portugal é um dos países da ONU que materializou o Acordo de Parceria com a Comissão Europeia, em que foram fixados grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027. A programação é feita em torno de

cinco objetivos estratégicos: uma Europa a pensar nas Pessoas, no Planeta, a favor da Prosperidade, para a manutenção da Paz, estabelecer Parcerias no sentido de mobilizar os meios necessários à implementação da Agenda 2030 (Global Compact Network Portugal, GCNP, 2022). De acordo com a mesma fonte, o ano 2015 todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação em prol das pessoas e do planeta onde estão englobados os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem orientar as ações de entidades públicas, organizações sociais, empresas e sociedade civil para alcançarem em conjunto um futuro sustentável com escala global.

Para o cumprimento dos ODS a ideia-chave é a cooperação. Não é de estranhar que também sejam conhecidos por Objetivos Globais, o que evidencia a intenção de mobilizar todo o planeta. Os dezassete Objetivos Globais estão subdivididos em 169 metas e 232 indicadores, para serem cumpridos até 2030, compreendendo quatro dimensões principais: 1. Dimensão Social; 2. Dimensão Ambiental; 3. Dimensão Económica e por último a 4. Dimensão Institucional que diz respeito a colocar os ODS em prática (United Nations Global Compact, UNGC, 2022).

No presente artigo focar-nos-emos essencialmente no 4º objetivo direcionado à Educação de qualidade: garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

Pertencemos a uma nova sociedade e a um novo século. O século XXI trouxe como características a complexidade, a incerteza e um grande avanço, principalmente tecnológico e científico, apontando para a necessidade de novas e diferenciadas atitudes, ideias e posicionamentos.

Na sociedade contemporânea, a educação tem um papel preponderante na formação dos indivíduos enquanto cidadãos, bem como, no processo de desenvolvimento económico e social moderno, pois, privilegia o crescimento económico sustentável nas economias desenvolvidas. Devemos salientar que ao nível da educação nas últimas quatro décadas um pouco por toda a Europa, tal como em Portugal, desencadeou-se um processo de democratização tanto política como social, que se baseou num modelo de organização social e educativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos no acesso ao ensino.

Esta metodologia ajusta-se ao pressuposto de que o ensino é essencial para a mobilidade social ascendente e para o desenvolvimento económico e social de um país. As economias que mais progrediram ao longo do século foram aquelas que

aliaram uma população ativa com elevada escolaridade às instituições promotoras do crescimento (Katz e Goldin, 2008).

Neste contexto é fundamental uma aposta generalizada e universal no ensino pré-primário, em linha com a evidência que demonstra que os investimentos em educação têm maior retorno quanto mais cedo no ciclo de vida forem realizados (Carneiro e Heckman, 2003). O direito à educação é, pois, um valor incontestado nas sociedades ocidentais, se não mesmo em todas as sociedades, sendo defendido por (quase) todos os indivíduos. Já quanto ao ensino superior, as mudanças ocorridas e em curso mostram que as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm sendo pressionadas a sair das «*torres de marfim*» (Bercovitz 1981). A educação é uma arma poderosa podendo ajudar a formar uma personalidade e fazer com que um indivíduo desenvolva o saber, porque é através da educação que o formando se integra nas atividades escolares, socializa, comunica e se orienta. Todavia é importante registar, que a educação de qualidade é fundamental para alcançar uma mobilidade social e económica ascendente sendo também o principal motor para sair do ciclo da pobreza, pois ajuda a preparar as pessoas para que tenham um estilo de vida mais sustentável e saudável, beneficiando a sociedade como um todo, uma vez que a UNESCO (2022), reconheceu a educação como a chave para a mudança de mentalidades e atitudes de um país.

Alves, Centeno e Novo (2010) assumem que a educação tem um papel crucial no processo de desenvolvimento económico e social moderno. O crescimento económico sustentável nas economias desenvolvidas requer uma população de trabalhadores, empresários e gestores com um elevado nível de escolaridade. Dados do Eurostat (2021) demonstram que a percentagem de população entre os 25 e os 64 anos de idade com o ensino secundário completo é, em Portugal, de 55,4%, situando-se na última posição entre os Estados-membros da União Europeia. Os países mais próximos de Portugal, neste indicador, são Malta (57,6%), Itália (62,9%) e Espanha com (62,9%). No topo, com percentagens superiores a 90%, situam-se a Lituânia (95,4%), a República Checa (94,1%), a Polónia (93,2%), a Eslováquia (92,7%), a Letónia (91,7%), a Finlândia (91,1%), a Estónia (90,7%) e a Eslovénia (90,2%). Através destes dados constata-se que a percentagem da população com o ensino secundário completo, nos países do topo, é quase o dobro da verificada em Portugal.

A explicação para tão baixos índices de escolaridade poderá ter origem em tempos mais remotos. Portugal iniciou o Século do Capital Humano, como é designado o século xx, com uma redução do número de anos de escolaridade obrigatória, de 5 anos em 1919, passou para 3 anos em 1930. Esta situação perdurou durante mais de 30 anos e no último quarto de século a população ativa portuguesa era a menos escolarizada de entre todos os países da OCDE (European Commission, 2022).

Desde os primórdios da história o capital humano vem sendo moldado de acordo com as necessidades de cada período, porém não restam dúvidas quanto à sua extrema importância relativamente ao desenvolvimento das organizações e, por consequência, para a criação de riqueza das nações.

Schultz (1973), professor de economia da educação, especialista em economia agrária, em 1979 foi agraciado com premio Nobel em Economia por formalizar a Teoria do Capital Humano. O autor refere que «*os ganhos ocorridos na produção nacional*» têm ligação com o investimento no capital humano, situando o conhecimento como forma de capital, defendendo a necessidade de investir na capacitação do trabalhador. Por esta via a educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento, importante no processo de desenvolvimento das nações. A luz desde conceito a educação passa a ser imprescindível. De igual forma Mincer (1958) explorou o Capital Humano, num panorama econométrico, enquanto responsável pela «*função salário do capital humano*» uma vez que dedicou a sua pesquisa a analisar as taxas de retorno dos investimentos feitos em educação.

Defende Mincer (1958) que a educação pertence ao primado das decisões individuais e é, certamente, aquela que tem maior impacto na produtividade do trabalho e por conseguinte no retorno que os trabalhadores obtêm do trabalho sob a forma de salários mais elevados. As decisões educativas são ainda condicionadas pela dinâmica social subjacente, como por exemplo o nível educacional do agregado familiar. Na realidade, a educação tem uma componente intergeracional muito forte. Em todos os países do mundo, o nível educacional do agregado familiar é bastante homogêneo em termos educacionais em que os filhos têm um trajeto escolar fortemente influenciado pela experiência educativa dos pais (Carneiro, 2008; OCDE, 2022; Silva e Reis, 2018). Portugal não escapa à regra, a transmissão intergeracional é particularmente marcada (OCDE, 2022).

A EQUIDADE NO ACESSO AO ENSINO E AO ENSINO SUPERIOR

Ao longo de todo o século xx, em especial na segunda metade deste século, bem como no decorrer do século XXI, o ensino superior português registou uma expansão assinalável, quer em termos de número de estudantes quer ao nível do crescimento e diversificação dos estabelecimentos de ensino.

Diversos estudos centrados sobretudo nos diplomados das universidades (Almeida e Vieira, 2006; Estanque e Nunes, 2003; Machado et al., 2003), mas também no conjuntamente dos diplomados das universidades e dos politécnicos (Balsa et al., 2001), têm vindo a demonstrar que a expansão quantitativa do ensino superior português tem dado provas de grande dinamismo, expansão e abertura a novos públicos. No subsistema de ensino politécnico estas três componentes têm

acompanhado o desafio e a abertura a novos públicos assumindo, ao momento, uma percentagem muito elevada de estudantes a quem foi dada a possibilidade de entrarem no sistema pelo acesso local, de proximidade, vindos de cursos profissionais o que implicou mudanças qualitativas no público que o frequenta. Um pouco por toda a Europa ocorreu um processo de democratização baseado num modelo de organização social e educativa, que alvitrou a efetivação da igualdade de oportunidades de todos no acesso ao ensino superior (Cid, Rajadell-Puiggròs e Costa, 2020). Esta premissa assenta no pressuposto de que o ensino superior é essencial para a mobilidade social ascendente e para o desenvolvimento económico e social de um país. Segundo a INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES (2022), a equidade corresponde a dois objetivos, o acesso e o sucesso, ou seja: *«garantia, a todos os membros da sociedade, de um acesso equitativo e garantia de uma participação bem-sucedida no ensino superior»*.

A questão da Equidade representa um tema presente nas discussões acerca do ensino e economia nos diferentes setores nacionais. É importante salientar o destaque de questões como o sexo, a raça, as condições socioeconómicas e a idade que não podem constituir obstáculos de acesso ou participação da vida social. A equidade pode ser definida em função de grupos de escolhas, baseia-se no princípio que reconhece a diferença entre indivíduos e a necessidade de tratamento diferenciado. Segundo Rawls citado por Cohen (1993: 25) *«para proporcionar uma autêntica igualdade de oportunidades a sociedade deve atender mais aos nascidos com menos dotes e aos nascidos em setores socialmente menos favorecidos»*.

Em Portugal, o acesso ao ensino superior é uma importante área de regulação estatal com potencial impacto no desenvolvimento social e económico do país (Magalhães, Amaral, & Tavares, 2009). Segundo os autores, após a revolução democrática, de abril de 1974, os governos portugueses, no sentido de corresponder ao ideal democrático de justiça social, assumiram a igualdade como objetivo político e tomaram a responsabilidade de expandir o ensino superior, deixando para trás um sistema elitista vigente até aos anos 70, do século XX, com uma percentagem de estudantes deste nível de ensino de apenas 7% da população em idade escolar.

Paulatinamente esta realidade tem vindo a mudar e de acordo com a OCDE (2022) 41% dos jovens portugueses, entre os 19 e 20 anos, inscrevem-se em cursos superiores, percentagem acima da média registada nos demais Estados-membros (37%). Porém é na Coreia do Sul, na Rússia e na Eslovénia que se verifica a maior percentagem de jovens, desta faixa etária, a prosseguir estudos superiores. No extremo oposto situa-se o Luxemburgo, a África do Sul e a Islândia. Portugal fica, sensivelmente, a meio da tabela com 18 países acima dos seus 41% e 23 países abaixo. Espanha ocupa o 11º lugar, com uma percentagem de 50%.

A TERCEIRA MISSÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

Historicamente, o ensino é observado como a primeira missão das Instituições de Ensino Superior (IES). No século XIX, a investigação foi percebida como a segunda missão universitária e mais recentemente tem-se discutido a terceira missão destas instituições entendida como um produto de transferência de valor acrescentado da interação destas instituições com a sociedade.

Compagnucci e Spigarelli (2020) realizaram uma revisão sistemática de literatura, a respeito da terceira missão das instituições de ensino superior, concluindo que a ascensão da economia do conhecimento em conjunto com a globalização são desafios sem precedentes que contribuem consideravelmente para a configuração dessas instituições. Para os autores, a terceira missão não tem um significado bem definido, enquanto alguns estudiosos a abordam na perspectiva do empreendedorismo, em que a inovação é promovida pela comercialização da propriedade intelectual, outros entendem-na pela ampla gama de atividades relacionadas à transferência de conhecimento para a sociedade em geral, ao estímulo de habilidades empreendedoras, bem-estar social e formação de capital humano.

Nesse contexto, a primeira forma de transferência de conhecimento foi assegurada pelo registo da propriedade intelectual. Muitas instituições de ensino superior aumentaram a sua capacidade empresarial através das patentes, dos licenciamentos, da construção de parques científicos, promovendo spin-offs académicas e investindo em start ups (Compagnucci & Spigarelli, 2020), sublinhando a terceira missão como um reconhecido fator de desenvolvimento socioeconómico movida pelas interações entre as universidades e a sociedade em geral. É ainda a soma de todas as atividades relacionadas com a geração, uso, aplicação e exploração do conhecimento universitário, capacidades e recursos, extra ambiente académico. Seguindo o mesmo ponto de vista Oliveira (2021) refere que as IES devem ser, por definição, instituições onde o ensino e a investigação são duas dimensões fundamentais não podendo ser dissociadas. Faz parte da missão das IES não só educar a próxima geração de cidadãos e profissionais como desenvolver atividades de investigação que permitam avançar o estado da arte do conhecimento, nos seus mais diversos domínios. O autor considera esta terceira missão não menos fundamental do que o ensino e a investigação, uma vez que estabelece a ligação da academia ao tecido social e produtivo, através de atividades de transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade e para a economia.

Bercovitz (1981), em finais do século XX, tal como Oliveira (2021) na atualidade, considera ultrapassado o tradicional modelo das academias como «*torres de marfim*» fechadas à sociedade e isoladas da mesma, de resto modelo há muito tempo abandonado pelas instituições líderes nas respetivas áreas formativas, de investigação e ação. Oliveira (2021) crê que o lançamento da primeira pedra do Téc-

nico Innovation Center, Centro de Inovação, uma nova infraestrutura dedicada à terceira missão da maior escola de engenharia do país, representa um passo importante não só para a instituição que o acolhe mas para o Ensino Superior Português.

O PORTUGAL 2030

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Demografia, qualificações e inclusão; Inovação e transição digital; Ação climática e sustentabilidade e Mar; cinco Regionais correspondentes às NUTS II do Continente, dois das Regiões Autónomas e um de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia.

Em consonância com os objetivos estratégicos da União Europeia, Portugal tem como prioridade o desenvolvimento sustentável da sociedade como as relações interpessoais entre os seus constituintes, a proliferação das novas tecnologias e a qualificação para a utilização das mesmas, a adoção de práticas ambientais consciencializadas e uma maior igualdade entre os cidadãos no acesso aos serviços. As prioridades dividem-se em oito eixos fundamentais: a Inovação e Conhecimento, a Qualificação, Formação e Emprego, a Sustentabilidade Demográfica, a Energia e Alterações Climáticas, a Economia do Mar, a Competitividade e Coesão dos Territórios do litoral, a Competitividade e Coesão dos territórios do interior e Agricultura e Florestas. Sobre o planeamento, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas de Portugal, Marques (2018) afirmou na Assembleia da República que foram delineadas pelo então Governo, quatro «*Agendas Temáticas*» para responder aos constrangimentos mais significativos para Portugal: As Pessoas; A Inovação; A Sustentabilidade e Valorização dos Recursos Endógenos e por ultimo O Desenvolvimento do Território.

A AGENDA 2030

Setembro de 2015 ficará na História como o ano da definição dos dezassete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, fixados numa cimeira da ONU, em Nova Iorque (EUA), com a presença dos líderes mundiais para adotarem uma agenda ambiciosa com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global, conhecida como «Agenda 2030» para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global, pretendendo acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas, integrando os já referidos dezassete objetivo, sucessores dos oito objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que deverão ser implementados

por todos os países e que abrangem áreas tão diversas, mas interligadas, como: o acesso equitativo à educação e a serviços de saúde de qualidade; à criação de emprego digno; à sustentabilidade energética e ambiental; à conservação e gestão dos oceanos; à promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis e ao combate às desigualdades a todos os níveis.

Portugal apresentou o Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030, no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. O relatório, voluntário sublinhe-se, procurou mapear as políticas nacionais que concorrem para a implementação dos dezassete objetivos, documento que valoriza a posição negocial portuguesa no processo de adoção dessa Agenda, onde é apresentado o modelo institucional em vigor para a coordenação e participação na mesma (Cabaço, Brás, Motta, 2017)

Como se trata de uma Agenda universal cada país implementou as suas políticas e estratégias para garantir o seu sucesso. A incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas nacionais articula-se por áreas temáticas. Portugal materializou nos objetivos 4, 5, 9, 10, 13 e 14 as suas prioridades estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável.

CONCLUSÃO

Pretende-se com este documento evidenciar a importância da educação numa sociedade.

Apesar dos investimentos na educação em Portugal, nos últimos 40 anos, só haverá sucesso dessas medidas se forem reunidas várias premissas, a qualidade, a equidade e a igualdade, de modo a promover o acesso e a frequência ao ensino, ensino superior para todos, especialmente para os que normalmente são excluídos do sistema.

Portugal, ao momento, celebra 17.500 dias de democracia. As conquistas de abril tornaram-se um marco histórico e a educação é sem dúvida uma importante conquista. A implementação da Agenda 2030 com os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente o objetivo quarto, vem destacar e acelerar a importância da Educação no século XXI com temas como a Equidade, a Igualdade, a Qualidade e a capacitação do Capital Humano enquanto chave do sucesso do país.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A., VIEIRA, M. *Percursos Escolares dos Estudantes na Universidade de Lisboa*, Relatório do Estudo nº 2, À entrada: Um retrato sociográfico dos estudantes inscritos no 1º ano, Lisboa, Reitoria da Universidade, 2006.

- ALVES, N., CENTENO, M., e NOVO, A., O investimento em educação em Portugal: retornos e heterogeneidade». *Boletim Económico Primavera 2010*, Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal, nº1, vol.16, pp.9-3
- BALSA, C., SIMÕES, J.A, NUNES, P., CARMO, R., CAMPOS, R., *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior - Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- BERCOVITZ, L., *Las Patentes Universitárias: protección y explotación de las patentes generadas por la Universidad*, Madrid, Fundación Universidade-Empresa, 1981.
- CABAÇO, L., BRÁS, E., MOTTA, G., *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2017*, Portugal: Ministério dos negócios Estrangeiros.
- CARNEIRO, P. e J. HECKMAN, *Human Capital Policy» in J. Heckman and A. Krueger eds., Inequality in America*, Cambridge, MIT Press, 2003.
- CARNEIRO, P., *Equality of Opportunity and Educational Achievement in Portugal». Portuguese Economic Journal*, 2008, 7, 17-41.
- CID, M., RAJADELL-PUIGGRÒS, N., COSTA, G.S., ensinar, avaliar e aprender no ensino superior: perspetivas internacionais. Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP | UE), 1ª Edição, Évora, 2020.
- COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis*, Vozes, 1993.
- COMPAGNUCCI, L.; SPIGARELLI, F., *The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. Technological Forecasting and Social Change*, 2020, V. 161, p. 120284.
- COSTA, A., Investimento na educação deve manter-se uma prioridade central. República Portuguesa, XXI Governo Constitucional, 2015, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20170602-pm-educacao>
- ESTANQUE, E., NUNES, J. *Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 66, 2003, Coimbra, pp. 5-44.
- EUROPEAN COMISSION, Evolução histórica do país. 2022, Published on Eurydice (<https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice>)
- EUROSTAT, Population by educational attainment level, sex, age and main indicators, 2021, https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=edat_lfse_03&lang=en
- GLOBAL COMPACT NETWORK PORTUGAL (GCNP). 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 Metas: para transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta, Agenda 2030, 2022, <https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030>.
- INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES, The Global Voice of Higher Education, 2022, https://www.unesco.org/iau/access_he/index.html
- KATZ L. e GOLDIN, C. *The Race between Education and Technology*, Harvard, University Press, 2008.
- MACHADO, F., COSTA, A. MAURITTI, R., MARTINS, S., CASANOVA, J.L., ALMEIDA, J.F., «Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações» in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 66, 2003, Coimbra, 45-80
- MAGALHÃES, A., AMARAL, A., & TAVARES, O., *Equity, access and institutional competition*, 2009, Tertiary Education and Management, 15(1), 35-48.

- MARQUES, P. Ministério do Planeamento e das Infraestruturas Lança Linhas Gerais da Programação Pós-2020, 2017, Programa Operacional Regional Do Norte.
- MINCER, J., Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *Journal of Political Economy*, 1958, p. 258.
- OLIVEIRA, A., A terceira missão das universidades, 2021 <https://executivedigest.sapo.pt/a-terceira-missao-das-universidades/>
- SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SILVA, P.G., REIS, F.L. *O Capital Humano: temas para uma boa gestão das organizações*, 2ª Edição, 2018, Lisboa, Silabo.
- UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (UNGC), Dimensões do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, 2022, [https://www.ods.pt/para o Desenvolvimento Sustentável](https://www.ods.pt/para_o_Developolvimento_Sustentavel).

